

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

**CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**LAÍS MARTINS BARROS SILVA**

**ANÁLISE DE CONSUMO ALIMENTAR SEGUNDO**

**CORTES DE RENDA E ACESSO AO PROGRAMA BOLSA**

**FAMÍLIA**

Cuité/PB

2014

**LAÍS MARTINS BARROS SILVA**

**ANÁLISE DE CONSUMO ALIMENTAR SEGUNDO CORTES DE RENDA E  
ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Orientador(a): Prof. Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Cuité/PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S586a Silva, Laís Martins Barros.

Análise de consumo alimentar segundo cortes de renda a acesso ao Programa Bolsa Família. / Laís Martins Barros Silva. – Cuité: CES, 2015.

53 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Poliana de Araújo Palmeira.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Consumo alimentar. 3. Programa bolsa família. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG

CDU 641.5

LAÍS MARTINS BARROS SILVA

**ANÁLISE DE CONSUMO ALIMENTAR SEGUNDO CORTES DE RENDA E  
ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Msc. Poliana de Araújo Palmeira

UFCG

Orientador

---

Prof. Dr. Michelle Cristine Medeiros da Silva

UFCG

Examinador

---

Nutricionista Leyla Helenna Gouveia Ribeiro

UFCG

Examinador

Cuité/PB

2014

O Senhor me conduziu por um caminho que nunca imaginei trilhar, um caminho cheio de espinhos e de rosas, com noites turvas e belos nascer do sol, de quedas e de determinação para levantar mais uma vez. Este caminho me moldou, me humanizou... me ensinou. E tudo isso só foi possível porque Ele esteve, Ele está, do meu lado durante todo o percurso, me conduzindo, me sustentando, sendo meu socorro bem presente na angústia, sendo minha Rocha Inabalável. O Senhor firmou os meus passos, me trazendo até aqui, há realização de um sonho que nasceu de Deus e passou a ser meu.

A Ele dedico!

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e Pai que me conduziu e sustentou pela sua misericórdia e graça, tornando possível esta conquista.

A minha mãe Lucineide, meus irmãos Íthalo e Matheus, minha base, e a minha avó Gessevan que foram fundamentais com todo apoio, carinho e dedicação. Por todas as orações, por todo amor e por fazerem o possível para que essa conquista se concretizasse.

Aos meus tios Luciano e Júnior e demais familiares que sempre me motivaram com tanta dedicação.

Ao meu namorado Diogo por todo companheirismo, dedicação e apoio desde o início, que foram fundamentais para esta conquista.

Aos meus amigos e colegas Luan, Manuella, Mirelly e Vívía que compartilharam momentos únicos durante a graduação e tanto me apoiaram. Amizades que certamente transcenderão as barreiras do tempo e da distância.

A minha orientadora Prof. Msc. Poliana de Araújo Palmeira, que me inseriu no campo da pesquisa e com paciência e dedicação me ensinou muito e me fez refletir e enxergar caminhos que trilhei até a conclusão deste trabalho.

A todos os meus amigos e colegas, em especial Ana Cristina, Claudiana e Rita que compartilharam e compartilham apoio, carinho e momentos agradáveis durante este percurso.

A todos os professores que contribuíram de forma grandiosa para o meu crescimento intelectual e pessoal, apresentando horizontes, ampliando minhas perspectivas e contribuindo para que eu me tornasse uma profissional da Saúde.

E, finalmente, a todos que contribuíram direta ou indiretamente, meus agradecimentos!

## RESUMO

SILVA L. M. B. **Análise de consumo alimentar segundo cortes de renda e acesso ao programa bolsa família.** 2014. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2014.

A alimentação mais do que uma necessidade biológica tem se tornado cada vez mais um reflexo do perfil socioeconômico no qual a população está inserida sendo um fator influenciado pelo perfil socioeconômico e demográfico, as condições de acesso a uma alimentação adequada, o nível de escolaridade, entre outros. No Brasil uma parcela importante da população não dispõe do acesso a uma alimentação adequada, reflexo da vulnerabilidade social e da pobreza. Assim, a melhoria da renda pode ser vista como uma ferramenta potencialmente forte na garantia do acesso como um todo, podendo ser justificada por ser um dos fatores sociais mais limitantes neste aspecto. Desse modo, questiona-se quais são as diferenças observadas na alimentação de indivíduos adultos pertencentes a famílias com diferentes faixas de renda e de acordo com sua condição de acesso ao Programa Bolsa Família. Trata-se de um estudo transversal realizado na zona urbana e rural do município de Cuité-PB, onde utilizou-se um questionário de frequência alimentar (77 alimentos) e analisou-se aspectos de Frequência, Variedade, e Consumo de alimentos industrializados, protetores e proteicos. Os resultados mostram uma monotonia alimentar para ambos os grupos e reforçam a melhoria do consumo alimentar em função do incremento de renda ao se comparar os grupos de famílias vulneráveis titulares e não titulares do PBF. Revelam ainda que, o padrão de consumo alimentar não está unicamente relacionado a renda, no entanto, reforça a importância dos programas sociais de transferência de renda no combate à pobreza e no exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada especialmente quando articulados com outras ações de incentivo à produção de alimentos e promoção da saúde para grupos de risco.

**Palavras-chave:** Consumo Alimentar, Programa Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional.

## ABSTRACT

Feeding more than a biological necessity has become more and more a reflection of the socio-economic profile in which the population is inserted being a factor influenced by socioeconomic and demographic profile, the conditions of access to adequate food, education level, between others. In Brazil a significant portion of the population does not have access to adequate food, reflection of social vulnerability and poverty. Thus, improving the income can be seen as a potentially powerful tool in ensuring access as a whole, may be justified by one of the most limiting social factors in this regard. Thus, we question what are the differences in feeding adults from families with different income levels and according to their condition of access to the Bolsa Família Program. This is a cross-sectional study in urban and rural municipality of Cuité-PB, which used a food frequency questionnaire (77 foods) and analyzed aspects of frequency, variety, and consumption of processed foods, protectors and protein. The results show a monotonous foods for both groups and reinforce the improvement of food consumption as a function of income increase when comparing the groups of vulnerable families holders and not GMP holders. They also reveal that the standard of food is not only related to income consumption, however, reinforces the importance of social programs of income transfer in the fight against poverty and in the exercise of the Human Right to Adequate Food especially when combined with other actions to encourage to food production and health promotion for risk groups.

Keywords: Food Consumption, Family Grant Program, Food and Nutrition Security.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
2 OBJETIVO.....	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
3.1 ENTENDENDO A FOME COMO UM FENÔMENO.....	12
3.2 POBREZA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....	14
3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	16
3.4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	17
3.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR.....	18
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	21
4.1 DESENHO E POPULAÇÃO DO ESTUDO.....	21
4.2 COLETA DE DADOS.....	22
4.3 ANÁLISE DE DADOS.....	23
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	24
5.1 FREQUÊNCIA.....	25
5.2 VARIEDADE.....	27
5.3 FREQUÊNCIA E VARIEDADE SEGUNDO GRUPOS ALIMENTARES.....	28
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>ANEXOS</b> .....	38

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	39
ANEXO B - Questionário de Pesquisa.....	41

## 1 INTRODUÇÃO

A alimentação mais do que uma necessidade biológica tem se tornado cada vez mais um reflexo do perfil socioeconômico no qual a população está inserida, deixando de ser um aspecto individual e posicionando-se como integrante de um processo no qual fatores atuam simultaneamente, como o perfil socioeconômico e demográfico, as condições de acesso a uma alimentação adequada, o nível de escolaridade, entre outros, formando uma cadeia social que determina entre outros aspectos, o consumo alimentar (CANESQUI; GARCIA, 2005; SCHLINDWEIN, 2009).

Neste prisma, a melhoria da renda pode ser vista como uma ferramenta potencialmente forte na garantia do acesso ao alimento, podendo ser justificada por ser um dos fatores sociais mais limitantes neste aspecto. Sabe-se que uma renda insuficiente para suprir as necessidades de uma família, acarreta alterações primeiramente na qualidade da alimentação e posteriormente na quantidade, comprometendo o acesso a uma alimentação considerada adequada e conseqüentemente alterando o consumo alimentar da família (SCHLINDWEIN, 2006; MOTTA et al, 2004; BRASIL, 2012).

No Brasil uma parcela importante da população não dispõe do acesso a uma alimentação adequada, reflexo de alta prevalência de insegurança alimentar marcada pela deficiência no acesso e qualidade dos alimentos consumidos (PANIGASSI, et al, 2008). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009, uma porcentagem de 30,2% da população brasileira está situada em algum nível de insegurança alimentar, sendo na região nordeste esse percentual ainda mais acentuado (46,10%). Mediante esta problemática o governo brasileiro tem somado esforços na construção de políticas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e combate à pobreza, especialmente com a implementação da Estratégia Fome Zero em 2003.

Ainda no campo político um marco da institucionalização das políticas de SAN, é a promulgação em 2006 da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que prevê a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No tocante aos programas, tem-se um grande destaque em termos de amplitude no Programa Bolsa Família, que atua através da complementação de renda das famílias em estado de pobreza e extrema pobreza, repercutindo na melhoria da inclusão econômica dessas famílias e conseqüentemente no acesso e consumo de alimentos (BRASIL, 2004).

Desse modo, questiona-se quais são as diferenças observadas na alimentação de indivíduos adultos pertencentes a famílias com diferentes faixas de renda e de acordo com sua condição de acesso ao Programa Bolsa Família. E assim, o presente estudo propõe analisar o consumo alimentar da população adulta do município de Cuité-PB de acordo com cortes de renda e acesso ao Programa Bolsa Família, na busca de elucidar a relação entre renda e consumo alimentar, visto que são poucos estudos na área que abordem esta temática pela mesma ótica realizados na região nordeste, além da necessidade de estudos que possam dialogar em prol do esclarecimento dos aspectos alimentares e funcionar como subsídio para a criação e melhoria de políticas públicas neste âmbito.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a qualidade do consumo de alimentos segundo condição social e acesso ao PBF da população adulta do município de Cuité/PB.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar o padrão de consumo alimentar da população;

Observar relações entre o padrão de consumo e renda familiar;

Comparar o consumo alimentar dos indivíduos em função do acesso da sua família ao PBF.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 ENTENDENDO A FOME COMO UM FENÔMENO**

É impossível dialogar o consumo alimentar e seus aspectos socioeconômicos sem antes entender sua problemática e suas raízes. A importância da descoberta, da compreensão e da concepção da visão do direito humano à alimentação como uma necessidade inerente ao indivíduo só foi possível através do reconhecimento do papel da fome na comunidade, suas influências e consequências e a mais real observação de sua profunda amplitude e significância.

No dicionário Aurélio, podemos encontrar o significado da palavra fome como “grande apetite de comer, urgência de alimento; sofreguidão; desejo de comer, apetite; falta, penúria, míngua, miséria; desejo ardente” a simples tradução, sinonímia da palavra gera grande desconforto e angústia a quem a lê, mas antes mesmo de seu significado ser descrito ou interpretado ela já existia, a fome é um problema “tão velho quanto a própria vida” como bem citou Meyer no seu prefácio ao saudoso Josué de Castro em sua obra Geografia da Fome, no entanto apesar de sua longa existência e de já ter albergado tantas vítimas apenas ele, Josué de Castro soube visualiza-la por outra ótica, entendê-la e desmistifica-la, mostrando ao mundo que a fome não era um ‘problema’ mas um ‘fenômeno’ preexistente e que se estendia por todo o mundo de formas distintas, mas com a mesma face dilaceradora e destrutiva.

Josué traz o que pode ser o início de uma cadeia de teorias que futuramente culminaria no conceito de insegurança alimentar e concepção de um dos objetivos centrais a ser alcançado na tentativa de contornar esta situação: o acesso a uma alimentação adequada, como indicado na citação abaixo:

Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações. A subnutrição endêmica [...] exige intervenção contínua. Pode ser eliminada e pode ser evitada por meios naturais: basta que se garanta às populações uma boa alimentação, suficiente, completa e equilibrada (CASTRO, 1984, p. 13).

Talvez esta concepção tenha sido a base para a visão atual sobre a problemática da fome, identificando-a como um fenômeno de impacto profundo e multifatorial. Ainda que de forma precoce e paralela, é indiscutível a importância dos estudos desenvolvidos por Castro no desenvolvimento da concepção da fome como um fenômeno socioeconômico, físico e humano. Mas qual seria o motivo de um fenômeno tão forte e com prevalências tão altas manter-se até então pouco visualizado, estudado, entendido? Na realidade a resposta para esta pergunta transcenderia os tempos de Castro até os dias atuais e esta mesma resposta tem sido a explicação para este fenômeno ter se arrastado de maneira a alcançar a atualidade e ainda causar impacto o simples fato de se tentar atenuá-lo.

A indiferença quanto a este assunto iria muito além do que egoísmo, seria então resultante de dois sentimentos, um advindo da convicção de que os males provocados por flagelos naturais são inevitáveis e o outro, da convicção de as desigualdades são fatores inerentes a organização social e, portanto, inevitáveis. Daí o questionamento de qual a necessidade de se pensar em algo irremediável. Mas ainda segundo Meyer “um flagelo só é inevitável quando permanece em mistério. Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas já não são um mistério”, neste prisma é possível assegurar que o autor foi feliz em suas palavras, visto que a partir da desmitificação e do conhecimento gerados, primordialmente pelos estudos de Castro, seguido por tantos outros, serviram de embasamento para uma cadeia de informações sobre os aspectos da fome, sem as quais se tornaria difícil a definição de estratégias que visem a prevenção de uma maior disseminação do quadro da fome e posteriormente, a insegurança alimentar, especialmente no Brasil, além da superação deste estado através da inclusão e

desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esta problemática e que só foram possíveis através do conhecimento prévio deste problema e de seus determinantes.

A partir daí, de épocas tão remotas o mistério é desfeito, com a resolução para o problema ao qual passava despercebido, uma visão precoce e ao mesmo tempo necessária do fenômeno da insegurança alimentar mostrando-se ao mesmo tempo a saída, quando ao retratar a subnutrição endêmica abrir os olhos para a sua cura, a necessidade de uma intervenção contínua, com a possibilidade de ser eliminada e até evitada por meios naturais: a garantia a uma alimentação suficiente, completa e equilibrada.

### 3.2 POBREZA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2012) aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis. O que significa que uma em cada sete pessoas no planeta estão situadas na faixa de insegurança alimentar.

No Brasil, a fome já foi uma realidade como pode ser observado desde a obra de Josué de Castro, onde o país passava por um processo de fome endêmica e crônica. No entanto este quadro foi aos poucos sendo moldado, e no último relatório de Insegurança Alimentar e Nutricional publicado pela FAO já no ano de 2014, é revelado que o Brasil reduziu de maneira expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação. Pela primeira vez, o indicador de prevalência de subalimentação, atingiu nível abaixo de 5%, limite estatístico abaixo do qual se considera que um país superou o problema da pobreza.

Este fato é algo inenarrável no contexto da luta contra a fome e construção de políticas públicas que viabilizassem da maneira mais eficaz possível a superação do estado de pobreza e garantia ao direito humano à alimentação adequada.

Ainda segundo estudos entre 2001 e 2012 a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu de forma tripla em relação a renda dos 20% mais ricos. Ainda de 1990 a 2012 a parcela populacional que se encontrava na linha da extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%, e entre o período de 2004 a 2009 a escala brasileira de insegurança alimentar revelou uma diminuição de 25% da população em insegurança alimentar grave.

Dados da FAO (2014) revelam ainda que entre 2002 e 2013 a população de brasileiros em situação de subalimentação caiu em 82%, e ainda segundo a mesma base alguns fatores foram determinantes para a consolidação dessas mudanças, como a oferta de alimentos, visto que em 10 anos a disponibilidade calórica para a população cresceu 10%, houve fornecimento

de merenda escolar para 43 milhões de crianças e jovens e um aumento de 71,5% do salário mínimo em conjunto com a geração de milhões de empregos. O Bolsa família, particularmente, assegurou cerca de 14 milhões de famílias sendo beneficiadas não apenas no que concerne ao valor mas também com educação e saúde a partir do cumprimento das condicionalidades.

O Brasil aos poucos deixa para trás a sua face de pobreza e fome e caminha em direção ao delinear de uma nova realidade, onde a pobreza tem sido diminuída e os que antes eram pobres hoje têm uma melhor condição e usufruem de uma melhor acessibilidade e disponibilidade, principalmente no que se refere à alimentação.

Em relação a região Nordeste, onde foi desenvolvido o presente estudo, o Censo Demográfico realizado no ano de 2000 pelo IBGE mostra que exatos 47% da população brasileira vivia em estado de pobreza, deste percentual quase metade pertence a região nordeste no Brasil. Neste contexto a redução da pobreza no país significa dizer necessariamente a redução da pobreza no nordeste

De acordo com a PNAD (2004-2009) o percentual de domicílios onde algum morador passou por experiência de fome nos 90 dias antecedentes à entrevista foram de 9,2 e 9,3% nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, enquanto que nas regiões Sudeste e Sul esse valor mostrou-se abaixo de 3%. Além disso a região Nordeste apresentou os mais elevados percentuais de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada e grave, 20,4% e 24% nas áreas urbana e rural, respectivamente.

Dados como estes, apenas comprovam tantos outros que revelam o nordeste como uma das regiões que mais sofreu e sofre com problemas como fome e extrema pobreza e se insere no contexto de uma região com baixo desenvolvimento e crescimento além das periódicas secas, que acabam por devastar a estabilidade financeira dessa região. Neste contexto, o desenvolvimento de programas sociais se faz altamente necessário e o seu impacto pode ser crucial para, aos poucos, mudar esta situação.

A perspectiva da SAN, contrapõe a ideia errônea de que a fome é consequência da falta de alimentos, dados da FAO relatam que a produção alimentar no mundo é suficiente para alimentar toda a população mundial, no entanto esses alimentos não chegam a um grande percentual da população, isto ocorre porque a problemática da fome no mundo não está na produção e sim no acesso a esses alimentos.

Neste contexto a falta de acesso aos alimentos é de ordem social, a fome não está relacionada ao fato de o indivíduo não ter disponibilidade ou não trabalhar, está intimamente relacionada com a diferença de classes, a desigualdade social e o baixo nível econômico, pelo fato de a pobreza/extrema pobreza tornar as pessoas vulneráveis socialmente. Dessa forma, a



fome é um elemento multifatorial onde o principal fator, a baixa renda, gera desníveis sociais que refletem na escolaridade, empregabilidade e por fim acessibilidade tornando-se assim um ciclo vicioso.

Ainda segundo Hoffmann (2008) o determinante de maior peso na determinação do quadro de IAN é a baixa renda domiciliar percapita. Nesta perspectiva, a forma mais correta, viável e eficaz no sentido do combate à fome, seria a implementação da igualdade social, que só seria possível através de Políticas Públicas voltadas a melhoria da renda, assim como a garantia dos direitos básicos, como saúde e educação de qualidade. Apenas dessa forma se faz possível quebrar o ciclo vicioso social, e promover a perspectiva da melhoria da qualidade de vida e de acesso a uma alimentação adequada.

### 3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A situação atual de pobreza, fome e insegurança alimentar no Brasil impulsionam a consolidação, a institucionalização de políticas de combate à fome e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional baseado na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

De acordo com a LOSAN (2006) a Segurança Alimentar e Nutricional é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Partindo do pressuposto de que, combater a fome é algo urgente e necessário, mas não suficiente, este conceito, surgiu de modo a complementar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada, sendo a relação entre o DHAA e a SAN o entendimento de que a alimentação é um direito de todos, sendo assim, os dois conceitos defendem o combate e a erradicação da fome no seu grau mais latente, não se resumindo entretanto, apenas, a garantia do indivíduo não passar fome de forma concreta, mas também defendendo a necessidade da garantia de que, além de não passar fome, o indivíduo deve ter uma alimentação adequada e suficiente, além de propor a construção de sistemas agroalimentares justos e inclusivos como estratégia para alcançar o DHAA. O conceito, portanto, engloba quatro dimensões: a disponibilidade, a acessibilidade física e econômica, a estabilidade desse abastecimento e acesso, e a alimentação de forma segura e saudável (LOSAN, 2006).

A IAN nada mais é do que a própria fome, que se apresenta como a expressão mais grave de IAN, esta, por sua vez, pode estar presente num estado mais ou menos abrandado de acordo

com o nível de IAN, se expressando inclusive no medo de sentir fome. Assim, se faz necessário entender que a fome e a insegurança alimentar são conceitos indissociáveis, ao passo que combater a fome resulta no combate a IAN e a viabilização da SAN significa a superação efetiva do estado de fome (BRASIL, 2010).

Desde a criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição em 1999 o governo brasileiro tem adquirido um olhar cada vez mais voltado à garantia do direito a uma alimentação adequada a população. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional veio a agregar a concepção da necessidade não apenas de se garantir o alimento, mas de viabilizá-la com qualidade, na quantidade necessária, de forma que contemplasse a integralidade do indivíduo e lhe proporcione saúde e bem estar. Estes acontecimentos serviram como base para um caminho que o país passou a trilhar em direção a erradicação da miséria e da garantia a uma alimentação adequada e saudável a todos.

A estratégia Fome Zero veio no sentido de garantir a efetuação dos direitos da população mais vulnerável, desencadeando um processo de ampliação institucional por meio do estímulo a formas equitativas de geração de renda baseado no fortalecimento da agricultura familiar, a fim de propiciar o acesso à alimentação, através da expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2013).

### 3.4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A partir do Fome Zero, no campo político houve a criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003, por meio da Medida Provisória nº132, convertida na Lei 10.836/2004, através da junção de outros programas tendo como objetivos básicos: a promoção do acesso à rede de serviços públicos; o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional; estimular a independência sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate à pobreza; e a promoção da complementariedade das ações do Poder Público (IBASE, 2013).

O programa beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza através da transferência de renda condicionada, atuando no alívio imediato da extrema pobreza, promovido pela transferência de renda, no acesso aos direitos sociais, consequente das condicionalidades e no desenvolvimento das famílias através de ações e programas interligados ao PBF gerando assim a superação da vulnerabilidade social (BRASIL, 2010). A partir deste conjunto de ações o PBF pretende alcançar o melhoramento da qualidade da alimentação

consumida no meio intrafamiliar, e neste sentido, contribuir com o exercício do DHAA, especialmente nas dimensões do acesso à alimentação e do consumo de alimentos.

O PBF atende a famílias pobres (com renda mensal per capita entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (com renda mensal per capita de até R\$ 77). A transferência de renda acontece através de um depósito mensal do governo para as famílias que fazem parte do programa, estas, por sua vez realizam o saque do dinheiro através do cartão magnético preferencialmente em nome da mulher. O valor do benefício varia de forma e leva em consideração a renda mensal por pessoa, o número de moradores da casa, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos e a existência de gestantes.

Assim existem seis tipos de benefícios: O benefício básico (R\$ 77) concedido à famílias extremamente pobres; o benefício variável de 0 a 15 anos (R\$ 35) concedido à famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos; o benefício variável à gestante (R\$ 35) que consiste em pagamento de nove parcelas, a partir da identificação da gestação até o nono mês; benefício variável nutriz (R\$ 35) que consiste no pagamento de seis parcelas mensais a partir da identificação da crianças no cadastro, para famílias com crianças de idade entre 0 e 6 meses. Os benefícios acima citados são limitados a cinco por família, além destes existem ainda o benefício variável vinculado ao adolescente (R\$ 42) para famílias que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos e limitado a dois benefícios por família, e o benefício para superação da extrema pobreza que é calculado caso a caso e destinado à famílias em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2004).

### 3.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR

Para que haja a garantia da SAN em determinada família, primeiramente se faz necessário que a mesma tenha acesso ao alimento, através de uma renda ou produção que viabilizem este acesso, e um consumo alimentar condizente com as suas necessidades.

Considerando que a alimentação sofre influências de diversos fatores, dentre eles socioeconômicos, culturais e nutricionais, sabe-se que a IAN está relacionada a situações que comprometem a situação econômica da família, baixa renda e baixo nível de escolaridade, gerando-se a partir daí um comprometimento da aquisição e conseqüentemente do consumo alimentar. (OLIVEIRA et al., 2010).

Assim a avaliação do consumo alimentar desempenha um papel crucial no conhecimento prévio das condições de SAN da população e para a construção de políticas específicas que vão

atuar de encontro as necessidades da família, de forma a viabilizar a garantia da alimentação adequada (CAVALCANTE et al., 2004).

Os resultados encontrados nos estudos corroboram com a afirmativa de que o efeito do rendimento familiar sobre o consumo é substancial em quase todos os grupos alimentares como mostram a POF (2008-2009) onde descreve que o consumo de alimentos como leite e derivados, frutas, verduras e legumes aumentam em função do maior nível de renda. Pode-se observar um consumo alimentar qualitativo e quantitativamente inadequado em famílias de baixa renda e uma prevalência no consumo de alimentos energéticos em famílias com baixa renda e em situação de insegurança alimentar (MOTTA et al, 2004; PANIGASSI et al., 2008).

Ainda em um estudo abordando o consumo alimentar de famílias em SAN e ISAN (PANIGASSI et al., 2008) observou-se um decrescente consumo de carne, leite, derivados do leite, frutas e verduras/legumes de acordo com a situação de SAN, sendo maior nas famílias em SAN, diminuindo nas famílias com ISAN leve e mostrando-se ainda menor em famílias com ISAN moderada e grave. Este estudo revela ainda um consumo menor de alimentos proteicos, leite e derivados em famílias com ISAN de níveis distintos, e um baixo consumo de frutas e verduras se comparado às famílias em situação de SAN. Também observou-se uma maior diversidade de consumo em famílias em situação de SAN.

Em um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008) aponta-se que os principais impactos do PBF na alimentação da família referem-se a um maior acesso e aumento, tanto na variedade quanto na quantidade dos alimentos ingeridos, evidenciando a influência do PBF sob a renda e conseqüentemente, sobre a alimentação.

A partir da consolidação do benefício dados e estudos comprovam o efeito positivo do programa sobre o consumo alimentar das famílias titulares, através da constatação de um maior gasto com alimentação pelas famílias beneficiadas como conclui DUARTE et al (2009) ao declarar a utilização de 88% da renda dessas famílias voltada à alimentação.

Ainda quanto ao destino do benefício, BAPTISTELLA (2012) aponta um gasto com alimentação de R\$146,74 superior pelas famílias assistidas pelo programa, em relação às famílias não beneficiárias.

A existência de um maior gasto com a alimentação pelas famílias beneficiadas pode ser explicada através da possibilidade gerada pelo recurso mensal fixo, proporcionado pelo programa gerando uma maior estabilidade também no acesso aos alimentos (IBASE, 2008).

Com o maior recurso seguido maior gasto com alimentação as famílias passam a ter acesso a mais alimentos e em maior quantidade, o que acaba suprimindo, de alguma forma, uma

alimentação que antes seria insuficiente. Esse “processo” aos poucos atenua o quadro de insegurança alimentar, assegurando as famílias com uma refeição mais completa.

Os estudiosos reconhecem a importância do benefício e dos programas de transferência de renda para a consolidação do acesso e conseqüentemente a obtenção de um consumo alimentar adequado (CABRAL et al 2013; HOFFMANN, 2008; IBASE, 2008).

A acessibilidade aos alimentos propiciada pelo programa é apontada pela IBASE (2008), onde descreve que de acordo com a percepção das famílias beneficiadas, houve um aumento significativo ao acesso de todos os grupo de alimentos e um maior consumo de cereais, alimentos proteicos, leite e derivados e alimentos essencialmente calóricos. As famílias tiveram também um aumento de até 2 vezes na chance de consumir pelo menos um tipo de carne e de produtos industrializados. (CABRAL et al, 2013).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 DESENHO E POPULAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho foi obtido através do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Cuité/PB” pela professora Msc. Poliana de Araújo Palmeira, pela Universidade Federal de Campina Grande, onde foram obtidos os dados da pesquisa. Assim, entre os meses de fevereiro e julho de 2011 foram realizados o planejamento e a execução de um estudo transversal de base populacional, onde segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística existiam 5869 domicílios particulares permanentes no município de Cuité, dos quais cerca de 3960 se localizam na zona urbana e 1914 na zona rural e com base nesses dados calculou-se uma amostra representativa da população.

Utilizou-se para o cálculo do tamanho da amostra foi a técnica de Amostragem Aleatória Estratificada, onde o município foi dividido em dois estratos: área urbana e área rural. Os tamanhos das amostras dos estratos foram calculados adotando-se a partilha proporcional.

Para fixar a precisão do procedimento, admitiu-se o valor absoluto do erro de amostragem igual a 0,05 sob nível de confiança de 95%. Optou-se adotar um valor antecipado para  $P$  de 0,5. Isso determinará maior aproximação para o valor da variância da característica na população, o que é traduzido pelo produto  $(P \cdot 1 - P)$ , determinando-se, desse modo, maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Ao final do cálculo, a amostra deste estudo foi composta por 360 domicílios, sendo que 243 localizados na área urbana e 117 na área rural. Com esta amostra esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude igual a 0,05, contenham as verdadeiras frequências das famílias com insegurança alimentar.

Após o conhecimento prévio do tamanho da amostra partiu-se para operacionalização da pesquisa de campo, onde se optou por realizar o sorteio aleatório de domicílios na zona urbana e de localidades na zona rural. O sorteio de domicílios na zona urbana foi realizado considerando o cadastro de domicílios registrados no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do município, para a utilização deste foi realizado um cadastro de domicílios descobertos. A partir deste registro, foi realizado um sorteio aleatório de endereços e construída uma lista de substituição, visto que, além das possíveis recusas de entrevistados a participarem da pesquisa, no cadastro do IPTU estão incluídos endereços comerciais e não ocupados.

Na zona rural do município, com o auxílio do mapa cartográfico do município foi gerada uma grade no plano cartesiano (X, Y) entre 0 a  $N_1$  e  $N_2$ . Em seguida, foram sorteados no Microsoft Excel números aleatórios compreendidos entre 0 e  $N_1$  e entre 0 e  $N_2$  para cada eixo. A localidade sorteada ou mais próxima do ponto foi incluída na pesquisa.

#### 4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada através de um questionários aplicados de forma domiciliar, tendo como entrevistadores alunos previamente treinados. Ao final da pesquisa de campo os questionários foram numerados, organizados em ordem crescente e arquivados na Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cuité. No total, foram realizadas 359 entrevistas, destas 114 na zona rural e 245 na zona urbana do município. Os questionários foram digitalizados utilizando o programa Microsoft Access.

A pesquisa intitulada foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Campina Grande (CAAE N: 0102.0.133.000-11), na qual consta em seu conteúdo a realização deste diagnóstico sobre consumo alimentar de adultos. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido afirmando que concordaram em participar da pesquisa, um canhoto em anexo ao termo contendo a assinatura dos participantes, foi destacado e guardado junto ao questionário.

As informações sobre consumo foram obtidas através de um Questionário de Frequência Alimentar (QFA), este método permite a estimação do consumo de alimentos em um determinado período e categorizar os indivíduos de acordo com os gradientes de consumo previamente estipulados. O QFA utilizado neste estudo, além de uma lista de alimentos e preparações e categorias de frequência de consumo, possui porções padronizadas caracterizando-se como um questionário semiquantitativo. Este questionário se referia aos três meses antecedentes a pesquisa e foi composto por 86 alimentos, baseando-se numa proposta apresentada por Vitolo, 2008, adicionando-se alimentos típicos da região. O questionário foi previamente testado o que possibilitou a identificação de novos alimentos a serem inclusos, assim como, revisão das porções. Para esta análise não serão considerados os dados quantitativos coletados.

A frequência de consumo do alimento contou com as seguintes categorias: Nunca, Menos de 1 vez ao mês, 1-3 vezes no mês, 1 vez por semana, 2-3 vezes por semana, 4-5 vezes por semana, 1 vez ao dia ou 2 – 3 vezes ao dia.

### 4.3 ANÁLISE DE DADOS

Na análise de dados foi utilizado o programa SPSS for Windows. Este estudo propõe a análise do consumo alimentar segundo estratos de renda e de acesso aos programas sociais. Sendo assim, adotou-se como ponto de corte de renda o valor de referência do PBF para classificação da situação de pobreza, ou seja, renda mensal percapita inferior a 140 reais (Brasil 2010). Desta forma, serão analisados três grupos a saber: Proteção: composto por famílias acima da linha da pobreza; Risco 1: famílias abaixo da linha da pobreza e titular do PBF; e o Risco 2: famílias abaixo da linha da pobreza e não vinculadas ao PBF.

A análise do consumo alimentar foi realizada a partir do agrupamento de 77 alimentos existentes no QFA utilizado, em grupos alimentares, como apresentado na Tabela 1. Para a análise da frequência alimentar categorizou-se para cada alimento a frequência de consumo entre 2-3 vezes no mês - 2-3 vezes ao dia como Consumo Frequente, e 1 vez no mês ou nunca/raramente como Consumo não Frequente. Na avaliação da variedade do consumo de alimentos considerou-se variado o consumo de pelo menos 50% do número de alimentos pertencentes ao grupo. Após a categorização foram geradas prevalências da frequência do consumo de alimentos e variedade para cada grupo de famílias, Proteção, Risco 1 e Risco 2, e realizadas uma análise bivariada de qui-quadrado.

**Tabela 1** - Organização dos alimentos pesquisados segundo Grupos alimentares.

<b>Grupo de alimentos</b>	<b>Alimentos pesquisados</b>
<b>Leite</b>	Leite integral, leite desnatado, iogurte, queijo, requeijão.
<b>Pães</b>	Pão, biscoito doce, cream cracker, outros biscoitos, bolo sem recheio
<b>Frutas</b>	Manga, laranja, maçã/pêra, mamão, melão/melancia, uvas, abacate, abacaxi, banana, caju, goiaba, suco de frutas, suco de frutas com leite, salada de frutas.
<b>Embutidos</b>	Kitut, linguiça, presunto/mortadela, empanado de frango, salsicha, hambúrguer, sardinha, bacon.
<b>Carnes</b>	Soja, vísceras, charque, fígado, ovo, carne, mocotó, frango, peixe, carne suína.
<b>Regionais</b>	Abóbora/jerimum, tapioca, cuscuz, batata doce, inhame, macaxeira.
<b>Industrializados</b>	Refrigerante, sucos industrializados, salgados, salgadinhos, miojo, lasanha/macarronada, pizza, cachorro quente.
<b>Doces</b>	Mel, bolo com recheio, chocolate, achocolatado em pó, balas/pirulitos, sorvete, doces de frutas/leite.
<b>Cereais e farináceos</b>	Macarrão, aveia, arroz, farofa, farinha de mandioca.
<b>Verduras</b>	Couve, alface, tomate, pepino, repolho, beterraba, cenoura, batata inglesa.



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 2 apresenta as características socioeconômicas e demográficas das famílias e dos indivíduos estudados. As informações estão apresentadas segundo renda e condição de acesso das famílias ao PBF. Os dados revelam que a maioria das famílias em risco reside na zona rural, enquanto, 82% daquelas classificadas como grupo de proteção na localidade urbana. Além disso, verificou-se um melhor acesso destas famílias ao esgotamento sanitário adequado. Com relação ao padrão socioeconômico importa destacar as diferenças da média de renda familiar per capita entre os grupos estudados, pois verifica-se um declínio expressivo desta média ao comparar as famílias protegidas e de risco.

Ao analisar a renda familiar percapita média apenas de famílias titulares do PBF verifica-se que sem a renda transferida pelo programa esta média é de 57,03 reais e com o programa observa-se um aumento desta média em cerca de 30 reais mensais percapita, o que reforça a contribuição do PBF para a melhoria da renda familiar desta parcela da população e também ao comparar com famílias que apesar da mesma situação de vulnerabilidade, não dispõem do acesso ao programa.

**Tabela 2** - Características socioeconômicos e demográficas das famílias e indivíduos adulto segundo grupos de risco e proteção estudados, Cuité, 2011.

Variáveis	Grupos de famílias		
	Proteção (n=211) <sup>1</sup>	Risco 1 (n=130) <sup>2</sup>	Risco 2(n=18) <sup>3</sup>
	%	%	%
<b>Área de moradia</b>			
<i>Urbana</i>	82,0	49,2	44,4
<i>Rural</i>	18,0	50,8	55,6
<b>Média da renda familiar per capita</b>	531,47	87,10	56,03
<b>Idade*</b>			
<i>Adulto</i>	55,7	95,4	72,2
<i>Idoso</i>	44,3	4,6	27,8
<b>Disponibilidade diária de água</b>			
<i>Sim</i>	64,3	67,7	66,7
<i>Não</i>	35,7	32,3	33,3
<b>**Esgotamento sanitário</b>			
<i>Adequado</i>	38,4	16,3	5,9
<i>Inadequado</i>	61,1	82,9	94,2

<sup>1</sup> Famílias acima da linha da pobreza; <sup>2</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e titular do Programa Bolsa Família; <sup>3</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e não titular do Programa Bolsa Família\*Considerou-se adultos aqueles com idade de até 54 anos e idosos a partir de 55 anos de idade.\*\*Foram classificados como adequado o esgotamento através de fossa séptica/rede pública e inadequado através de fossa negra, esgoto a céu aberto, outro/não tem.

A análise do consumo de alimentos das famílias estudadas será realizada considerando cinco características de interesse, a saber: Frequência do consumo de alimentos, Variedade, Consumo de alimentos protetores (Frutas e verduras), Consumo de Alimentos proteicos (Leite e derivados e Carnes) excluindo o feijão e Consumo de Alimentos de alta densidade calórica.

## 5.1 FREQUÊNCIA

Com relação a Frequência do consumo alimentar verifica-se, para a maioria dos grupos estudados, uma prevalência de consumo de alimentos semelhante, exceto para os grupos de produtos lácteos, embutidos e verduras, que se apresentou inferior nos grupos de menor condição social. Estes resultados dialogam com um estudo realizado em Campinas/SP por Panigassi et al em 2008, o qual ao analisar o consumo de famílias em insegurança alimentar verificou que o consumo de leite e derivados, frutas, verduras/legumes e carnes em famílias em situação de insegurança alimentar é significativamente menor que aquelas em segurança alimentar. Entre as famílias estudadas em Cuité não se observou diferenças na frequência do consumo de Carnes e Frutas (Tabela 3).

**Tabela 3** - Frequência do consumo de alimentos segundo grupos e condição social por adultos/idosos residentes no município de Cuité segundo condição social, 2011.

Grupo de alimentos	Grupos de famílias				
	Proteção (n=211) <sup>1</sup>	Risco 1 (n=130) <sup>2</sup>		Risco 2(n=18) <sup>3</sup>	
	Frequência	Frequência	<i>p</i>	Frequência	<i>P</i>
<b>Leite e derivados</b>	91,7%	79,4%	,001	72,2%	,021
<b>Pães</b>	98,6%	100%	,235	94,4%	,285
<b>Frutas</b>	99%	93,6%	,008	100%	,842
<b>Embutidos</b>	21,7%	7%	,000	11,1%	,231
<b>Carnes</b>	100%	99,2%	,388	100%	-
<b>Regionais</b>	99,5%	100%	,625	100%	,920
<b>Industrializados</b>	85,7	80,8%	,154	76,5%	,239
<b>Doces</b>	70,2%	65,6%	,223	61,1%	,288
<b>Cereais e farináceos</b>	100%	100%	-	100%	-
<b>Verduras</b>	93,7%	88,9%	,093	88,9%	,346

<sup>1</sup> Famílias acima da linha da pobreza; <sup>2</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e titular do Programa Bolsa Família;

<sup>3</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e não titular do Programa Bolsa Família;

Pode-se perceber ainda ao analisarmos de maneira geral, que a frequência de consumo se concentra em alimentos ricos em carboidratos como cereais e farináceos, alimentos regionais e pães, todos com alta frequência de consumo, seguidos de carnes e frutas. A alta frequência de consumo de alimentos ricos em carboidrato pode se explicar pelo fato destes alimentos constituírem a base da dieta brasileira, compondo o lugar principal na mesa de brasileiros e assim, ser mais frequentemente consumido.

Assim para uma melhor visualização da frequência de consumo de alimentos temos três classificações:

- Grupos de alimentos que têm percentuais de frequência de consumo relacionados proporcionalmente à renda e condição de acesso ao PBF, sendo estes, leite e derivados, industrializados e doces, tendo sua frequência maior no grupo de Proteção, diminuindo no Risco 1 e decaindo ainda mais no grupo de Risco 2. Houve uma relação mais expressiva para o consumo de leite e derivados e embutidos, do grupo Proteção em relação ao grupo de Risco 1. Neste caso podemos observar uma queda de 12,3% no percentual de consumo de Leite e derivados do grupo de Proteção quando comparado ao grupo de Risco 1 e de 7,2% ao grupo de Risco 2.
- Grupos que foram menos consumidos por indivíduos do grupo de Risco 1: Frutas, Embutidos e Carnes. O baixo consumo de frutas visualizados neste estudo foram evidenciados por outros estudos, e sugerem a necessidade da ampliação do acesso à informação no âmbito da educação alimentar e nutricional para os titulares (CABRAL et al, 2013; IBASE, 2008).

Ao compararmos os grupos de risco vemos um maior percentual no consumo de leite e pães, mas também em industrializados e doces e um menor consumo de frutas no grupo de Risco 1 em relação ao grupo Risco 2, o que fortalece a melhoria no acesso a alimentação aos titulares do PBF, pois embora no sentido nutricional o aumento do consumo de industrializados e doces represente um fator negativo, devemos visualizar que o acesso e a aquisição destes alimentos tem uma forte repercussão pela sua representação social, neste aspecto podemos considerar este aumento um marco positivo no que diz respeito ao acesso. É importante refletir que é imprescindível que a alimentação saudável não esteja impregnada ao fato de o indivíduo não ter condições financeiras de adquiri-lo, mas sim propiciar o acesso financeiro a estes alimentos de forma que eles não sejam rotineiramente consumidos por questão de consciência do que causam à saúde, e não por serem inacessíveis.

## 5.2 VARIEDADE

No tocante à variedade dos alimentos consumidos observou-se baixos percentuais em todos os grupos estudados segundo condição social, caracterizando um quadro de monotonia alimentar, que se agrava conforme a redução da renda e não acesso ao PBF. Embora tenha-se visto nos percentuais de frequência de consumo valores altos em quase todos os grupos, vê-se que os percentuais de variedade são inferiores, ou seja, existe um consumo frequente de todos os grupos, mas os alimentos são, possivelmente, consumidos repetidamente.

**Tabela 4** - Análise da variedade de alimentos consumidos segundo grupos e condição social por adultos/idosos residentes no município de Cuité, 2011.

Grupos de alimentos	Grupos de famílias				
	Proteção (n=211) <sup>1</sup>	Risco 1 (n=130) <sup>2</sup>		Risco 2(n=18) <sup>3</sup>	
	Variedade (%)	Variedade (%)	<i>p</i>	Variedade (%)	<i>P</i>
<b>Pães</b>	74.9	67.2	,082	55.6	,071
<b>Leite e Derivados</b>	34.5	15.9	,000	11.1	,032
<b>Frutas\</b>	37.3	19.2	,000	22.2	,153
<b>Embutidos</b>	7.7	4.7	,195	0	,251
<b>Carnes</b>	24.7	17.1	,069	13.3	,257
<b>Alimentos regionais</b>	70	49.2	,000	44.4	,027
<b>Industrializados</b>	16.7	8.8	,029	11.8	,450
<b>Doces</b>	12.2	10.9	,436	5.6	,351
<b>Cereais e farináceos</b>	67.5	70.2	,351	38.9	,016
<b>Verduras</b>	35.6	20.6	,003	22.2	,189

<sup>1</sup> Famílias acima da linha da pobreza; <sup>2</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e titular do Programa Bolsa Família;

<sup>3</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e não titular do Programa Bolsa Família; <sup>4</sup>

Assim podemos classificar os percentuais de variedade em:

- Grupos de alimentos para os quais o consumo diminui em função da renda: Pães, Leite e derivados, Embutidos, Carne, Regionais e Doces. Vemos então que a variedade no consumo de muitos grupos sofre influência da renda e que o incremento PBF proporciona uma melhor variedade no acesso aos produtos destes grupos em relação à famílias que não recebem o benefício. Assim pode-se sugerir de maneira geral, que os titulares do PBF apresentam uma melhor condição de variedade alimentar em relação ao grupo de Risco 2, mas que ainda não se igualam ao grupo de Proteção, havendo diferença acentuada de variedade nos grupos de leite e derivados ( $p < 0,00$ ), frutas, alimentos regionais ( $p < 0,00$ ) e verduras ( $p ,003$ ) em relação ao

grupo Risco 2. Estes resultados embasam ainda mais estudos que demonstram um aumento da qualidade e da variedade alimentar das famílias devido ao PBF, mostrando o impacto deste benefícios para as famílias beneficiadas no âmbito da segurança alimentar (PINTO, 2009).

- Grupos de alimentos mais consumidos por indivíduos do grupo de Risco 1: cereais. Pode-se observar que os valores mais altos no grupo de Risco 1 estão alocados nos grupos de cereais e farináceos e pães, mostrando um consumo diversificado de alimentos pertencentes a este grupo, o que pode reforçar ainda mais a ideia de que a dieta desse grupo se baseia majoritariamente em massas e carboidratos ao passo em que tem os menores percentuais, em relação aos demais grupos, de frutas e verduras.

É importante ainda, destacar que o grupo de Risco 2 apresenta os menores valores de variedade em todos os grupos alimentícios, exceto no de frutas, verduras e industrializados. No entanto, devido a amostra ser pequena, estes resultados devem ser vistos de forma cautelosa.

De modo geral, embora em situação de monotonia alimentar, como foi discutido, fica implícita a ideia de que esta monotonia está arraigada na própria cultura alimentar, visto que até mesmo o grupo proteção se encontra nesse estado, esta monotonia também foi relatada por LIMA et al (2013) em seu estudo sobre a qualidade alimentar dos titulares do PBF da cidade de Curitiba-PR. No entanto, há de se reconhecer as diferenças em relação ao acesso ao PBF, proporcionando uma melhor variedade e conseqüentemente qualidade alimentar. Certamente esta contribuição tem sido de grande valia no caminho galgado rumo à garantia da SAN para estas famílias, considerando que a SAN não engloba apenas o fato de ter acesso a alimentação, mas que este acesso seja de qualidade e sendo para isto, necessário a diversidade. Assim pode-se reconhecer o incremento de renda como condição favorável a melhoria da qualidade da alimentação.

Retomando a ideia de que “um flagelo só é inevitável quando permanece um mistério”, há de se considerar que a desmitificação da fome e da falta de acesso aos alimentos nos leva a discernir o impacto da renda sob essa condição, o que nos leva a compreender a condição social como um fator determinante sobre a alimentação, sendo portanto, inviável promover uma melhor alimentação sem antes oferecer um mínimo alicerce social, nesse caso, através do uso incremento de renda como ferramenta.

### 5.3 FREQUÊNCIA E VARIEDADE SEGUNDO GRUPOS ALIMENTARES

No que diz respeito aos alimentos protetores a frequência do consumo de Frutas e verduras se mostrou relativamente alta em todos os grupos, contrapondo o baixo consumo

destes alimentos a nível nacional (CONSEA, 2010). Entretanto ao aprofundar a análise no tocante a dimensão Variedade observa-se baixos percentuais de diferentes tipos de frutas e verduras consumidos de forma generalizada, sendo esta monotonia observada ainda mais expressiva nos grupos de risco.

Em relação ao consumo de Alimentos Proteicos foram observados altos percentuais na frequência e baixos na variedade em todos os grupos. Neste contexto há uma maior variedade no consumo das famílias de Risco1 em relação as de Risco 2, o que corrobora com estudos realizados sobre a influência dos fatores socioeconômicos no consumo de carnes no Brasil, que evidenciam, o efeito positivo da renda na probabilidade do consumo destes alimentos no âmbito domiciliar (SCHLINDWEIN, 2006). Destacando-se ainda o consumo predominante de Carne, Frango, Carne/Frango, nos grupos de proteção, Risco 1 e Risco 2, respectivamente. O aumento do consumo de carnes em geral pela população brasileira foi observado na última Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003, como consequência da reorganização econômica do país, segundo Batista-Filho e Batista, 2010.

No Consumo de Alimentos de Alta Densidade Calórica destacam-se os industrializados, visto o alto percentual de frequência revelado em todos os grupos, o que pode ser explicado pela alta palatabilidade destes alimentos associada ao seu baixo custo (TADDEI et al, 2011). Importa destacar que a frequência do consumo é superior no grupo de Risco 1 quando comparado ao grupo de Risco 2. O aumento do consumo de alimentos industrializados a partir do recebimento do PBF foi destacado em uma pesquisa sobre o impacto do programa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em 2008. Com relação à influência da renda sob o consumo desses alimentos, deve-se levar em consideração o aumento dos gastos com alimentação fora do domicílio, propiciando o maior consumo de alimentos de alta densidade calórica, relatado pela Pesquisa de Orçamento Familiar de 2002-2003.

É interessante, que mesmo havendo diferenças razoáveis e até significativas nos percentuais de frequência e variedade de consumo alimentar dos três grupos distintos, pode-se observar na Tabela 5 que a alimentação de ambos se baseia nos mesmos alimentos, caracterizando um padrão de consumo geral desta população baseado em alguns alimentos e definindo este padrão por uma monotonia alimentar que afeta basicamente todos os grupos socioeconômicos.

**Tabela 5** - Alimentos consumidos com maior frequência segundo grupo e condição social por adultos/idosos residentes no município de Cuité, 2011.

<b>Grupos de alimentos</b>	<b>Proteção<sup>1</sup></b>	<b>Risco 1<sup>2</sup></b>	<b>Risco 2<sup>3</sup></b>
<b>Leite</b>	Queijo	Queijo	Queijo
<b>Pães</b>	Pão	Pão	Pão
<b>Frutas</b>	Banana	Banana	Banana
<b>Embutidos</b>	Presunto/mortadela	Presunto/mortadela	Presunto/mortadela
<b>Carnes</b>	Carne	Frango	Carne/ frango
<b>Regionais</b>	Cuscuz	Cuscuz	Cuscuz
<b>Industrializados</b>	Refrigerante	Sucos industrializados	Refrigerante
<b>Doces</b>	Chocolate/ doces	Doces	Chocolate
<b>Cereais e farináceos</b>	Arroz	Arroz	Arroz
<b>Verduras</b>	Tomate	Tomate	Tomate

<sup>1</sup> Famílias acima da linha da pobreza; <sup>2</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e titular do Programa Bolsa Família;

<sup>3</sup> Famílias abaixo da linha da pobreza e não titular do Programa Bolsa Família

Nesta perspectiva de análise e ao observar os alimentos consumidos com maior frequência em cada grupo alimentar, apresentado na Tabela 5, é possível identificar de modo geral um padrão único de consumo alimentar entre indivíduos com diferentes condições sociais do município de Cuité, o que de fato diferencia os grupos em termos de consumo de alimentos é a variedade da dieta. Estes resultados apresentam uma tendência diferenciada de outros estudos que relatam um perfil nacional do padrão alimentar fortemente influenciado pela renda familiar e que descrevem a dieta dos brasileiros de mais baixa renda como de menor qualidade, especialmente pela presença marcante de alimentos de alta densidade calórica (PNAN, 2012).

Neste contexto destaca-se ainda que a maioria dos estudos sobre consumo alimentar e renda familiar realizados no Brasil, descrevem populações residentes no Sul e Sudeste do país, no qual a condição social, padrão de vida e preço dos alimentos diferem de forma importante da realidade analisada neste estudo, visto que Cuité se caracteriza como um município de baixo desenvolvimento social e econômico e localiza-se no semiárido nordestino, região vulnerável a fome e a pobreza, o que traz um viés que deve ser considerado na comparação dos resultados aqui apresentados com outros estudos.

Neste contexto, o aumento da renda pode assumir um papel importante nas modificações da estrutura do consumo alimentar em favor de uma maior aquisição de alimentos pouco nutritivos, porém com alta densidade calórica. A alimentação, no entanto, deve ser vista sob uma perspectiva relativa e não absoluta, ou seja, não pode ser reduzida a uma necessidade biológica, deve-se levar em consideração suas implicações sociais, culturais e simbólicas, que

criam expectativas e valores em torno deste processo, induzindo o consumo desses alimentos como forma de inserção social, pelas representações subjetivas a eles atribuídos (BURLANDY, 2007).

Numa audaciosa analogia, podemos dizer que ocorre uma verdadeira metamorfose, onde aquelas famílias vulnerabilizadas e esquecidas pela sociedade, passam a ser vistas como potencial transformação social, daí a fome outrora tão marcante e presente, descrita por Josué de Castro, ao longo de um extenso caminho galga em direção à igualdade e a concretização daquilo que há muito se espera: a erradicação da fome que outrora assolava e a garantia de uma alimentação adequada, que gere saúde, trazendo com ela perspectiva a essas pessoas.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de estudos sobre consumo de alimentos é de extrema importância para a proposição de estratégias de intervenção em diversos campos de atuação dos profissionais de saúde e de alimentação e nutrição. Em termos metodológicos, desenvolver um estudo desta natureza se configura como um grande desafio aos pesquisadores, desde a coleta de dados até a análise do perfil e padrão alimentar de uma população. Sendo assim, realizar análise por meio de agrupamento de alimentos, especialmente daqueles em que a disponibilidade é determinada por safras e períodos do ano, e a impossibilidade de analisar aspectos de qualidade de alguns produtos, a exemplo das carnes consumidas, são algumas das limitações e entraves deste estudo. Entretanto, enfrentar este desafio e dinamizar a forma de análise do consumo de alimentos em populações é fundamental para expor tendências de comportamento e características qualitativas.

Os resultados deste estudo mostram que a frequência do consumo de alimentos de Leite e Verduras variou de acordo com os cortes de renda, revelando um acréscimo percentual de forma proporcional ao aumento de renda. Além disso, o padrão do consumo da população como um todo é marcado pela pouca variedade, gerando um quadro generalizado de monotonia alimentar, sendo este, ainda mais agravado nas famílias abaixo da linha da pobreza que não dispõem do PBF. Esses resultados revelam que o padrão de consumo alimentar não está unicamente relacionado à renda, entretanto, reforça a importância dos programas sociais de transferência de renda no combate à pobreza e no exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada especialmente quando articulados com outras ações de incentivo à produção de alimentos e promoção da saúde para grupos de risco. Entretanto, é importante considerar as diferenças vistas em relação ao grupo titular do PBF como uma potencial mudança que, a princípio, pode significar a melhoria no acesso e na qualidade da alimentação das famílias beneficiadas. Assim, se faz necessário enxergar o incremento de renda como um primeiro passo em direção a um caminho que se tem a trilhar, caminho este que se desdobra em direção à minimização das desigualdades sociais, não pela oferta momentânea de renda, mas pelas portas e oportunidades abertas a partir deste caminho, gerando perspectivas à uma população que talvez nunca tivesse a mudança de vida e superação da pobreza como uma possibilidade. É imprescindível se falar da inserção social e da diminuição das desigualdades, visto que estes aspectos refletem não só na alimentação, mas na saúde, dignidade e condição humana como um todo, posicionando-se como um fator importante a ser discutido.

A população estudada se difere daquelas abordadas em outros estudos, por se tratar de uma população de um município de pequeno porte localizado no Curimataú paraibano, interior do estado, sendo mais exposta à vulnerabilidade social que leva à insegurança alimentar, o que se reflete no fato de, mesmo o grupo de melhor renda não possuir uma alimentação com qualidade e variedade.

Na questão do acesso ao alimento e consumo deve-se levar em consideração, além da renda, as oscilações da disponibilidade de alimentos em períodos de seca, adversidade própria da região, o hábito alimentar, a representação social por trás da escolha alimentar individual, dentre outros fatores determinantes ainda pouco estudados na literatura brasileira, especialmente na região nordeste, o que evidencia a necessidade de outros estudos que possam abordar aspectos qualitativos do consumo alimentar na busca de traduzir um perfil condizente com a diversidade de espaços e dinâmicas sociais que caracterizam o país.

Por fim, no tocante a dimensão consumo alimentar, para que se garanta a segurança alimentar e nutricional se faz necessário que, além do incremento da renda de famílias vulneráveis, sejam desenvolvidas ações que alcancem toda a população nos distintos cortes de renda, que fomentem práticas alimentares saudáveis, por meio da educação alimentar e nutricional com o intuito de preservar a autonomia dos indivíduos em favor de escolhas alimentares que propiciem a saúde e bem estar.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTELLA, J. C. F. **avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do bolsa família sobre o consumo de alimentos**. 2012. Dissertação (Programa de PósGraduação em Economia) – Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade -Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2012. Disponível em: <[http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5661](http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5661)> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 15 de setembro de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)> Acesso em: 10 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.209 de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa bolsa família, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacitação para controle social nos municípios. **Assistência social e programa bolsa família**: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei orgânica da segurança alimentar e nutricional**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>> Acesso em: agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa bolsa família**. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Série B. textos básicos de saúde. Brasília/DF, p. 83, 2012.

BURLANDY, L. **Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional**. Ciência e Saúde Coletiva [online], v 12. p.1441-1451, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600007)> Acesso em: 22 de agosto de 2014.

CABRAL, M. J; VIEIRA, K. A.; SAWAYA, A. L; FLORENCIO, T. M. M. T. **Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do programa bolsa família.** *Estud. av.* [online], vol.27, n.78, pp. 71-87, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/06.pdf>> Acesso em: 17 de outubro de 2014.

CANESQUI, A.M; GARCIA, R.W.D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 306 p, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-04.pdf>> Acesso em: 12 de agosto de 2014.

CAVALCANTE, A. A. M.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. **Estudos de consumo alimentar: aspectos metodológicos gerais e o seu emprego na avaliação de crianças e adolescentes.** Recife: Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, v. 4, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-38292004000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292004000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil:** Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 Aos Dias Atuais. Brasília, 2010.

DUARTE, G.B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. **Programa bolsa família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 47, p. 903-918, 2009.

FILHO, M. B; BATISTA, V. L. **Transição alimentar/ nutricional ou mutação antropológica?.** São Paulo: Revista Brasileira de Epidemiologia, vol.16, n.1, 2013.

HOFFMANN R. **Determinantes da insegurança alimentar no brasil: análise dos dados da PNAD de 2004.** Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas. p 49-6. v.15, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS - IBASE. **Da estratégia fome zero ao plano brasil sem miséria:** elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>> Acesso em: 22 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas:** documento síntese. Rio de Janeiro: IBASE, 276 p, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico**, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2013/default.shtm>> Acesso em 24 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados** : Brasil e grandes regiões. Coordenação de Índices de Preços. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

LIMA, F. E. L.; FISBERG, R. M.; UCHIMURA, K. Y.; PICHETH, T. **Programa bolsa-família: qualidade da dieta de população adulta do município de Curitiba, PR**. Revista Brasileira de Epidemiologia, p.58-67, 2013.

MEYER A. Prefácio a nona edição. In: CASTRO J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, vol. 10. p. 11-17, 1984.

MOTTA, D.G.; PERES M.T.M.; CALÇADA, M.L.M.; VIEIRA C.M.; TASCA, A.P.W.; PASSARELLI, C. **Consumo alimentar de famílias de baixa renda do município de Piracicaba/SP** [online]. Piracicaba: Saúde em Revista, p 63-70, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art08.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2014.

OLIVEIRA, J. S.; LIRA, P. I. C.; OSÓRIO, M. M.; SEQUEIRA, L. A. S.; COSTA, E. C.; GONÇALVES, F. C. L. S. P.; BATISTA FILHO, M. **Anemia, hipovitaminose A e insegurança alimentar em crianças de municípios de baixo índice de desenvolvimento humano do nordeste do Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Epidemiologia., v. 13, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2010000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 20 de setembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **O que você precisa saber sobre a fome**, 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-em-2012/>> Acesso em: 23 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Relatório técnico. Brasília, 2014. Disponível em: <[https://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)> Acesso em 23 de outubro de 2014.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MARANHA, L. K.; SAMPAIO, M. F. A. **Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos**. Campinas: Revista de Nutrição, v. 21, p. 135-144, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732008000700012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

PINTO, I. V. **Percepções de titulares do programa bolsa família e as repercussões em suas condições de vida**. Rio de Janeiro: Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, 2009.

SCHLINDWEIN, M. M; KASSOUF, A. L. **Análise da influência de alguns fatores socioeconômicos e demográficos no consumo domiciliar de carnes no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online], vol.44, n.3, p. 549-572, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300009>> Acesso em: 12 de Agosto de 2013.

TADDEI, J. A. de A. C. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

VITOLLO, M.R. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é \_\_\_\_\_ e gostaria de conversar com a senhora sobre uma pesquisa que estamos fazendo pela UFCG. Esta pesquisa é sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Cuité. Um dos objetivos desta pesquisa é conhecer melhor a situação de alimentação e nutrição de crianças menores de dois anos de idade desta cidade.

A segurança alimentar é um direito de toda a população e para a criança menor de dois anos de idade significa o consumo de alimentos inócuos e de qualidade nutricional, que contribuam com a promoção, manutenção e recuperação da sua saúde, sendo estas práticas proporcionadas pelo convívio, desde sua vida intra-uterina, em um ambiente intrafamiliar e comunitário saudável, no qual, esta desfrute, dentre outros benefícios, do afeto e de cuidados adequados para o seu pleno crescimento e desenvolvimento.

Caso concorde em participar da pesquisa, será realizada uma entrevista com a senhora, onde serão perguntadas questões para se obter informações sobre a sua gestação, o parto desta criança, prática de aleitamento materno, alimentação e saúde.

Este trabalho está sendo realizado pela Universidade e não tem nenhuma relação com governo ou outra instituição. Nossa finalidade única é obter informações sobre as condições de saúde e alimentação das crianças e a participação da senhora não implica em nenhum benefício material como o recebimento de doações de alimentos ou a inclusão em programas governamentais.

A senhora não é obrigada a participar da pesquisa e se não participar isto não vai lhe trazer prejuízos. A senhora poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e por qualquer motivo. Porém, se a senhora aceitar ser entrevistada, o resultado dessa pesquisa vai ser muito importante para que se conheça mais sobre a situação de alimentação e saúde das crianças de Cuité. Assim sua participação poderá ajudar na orientação de políticas de cuidado com a criança.

Nós garantimos que apenas os pesquisadores vão ter conhecimento das informações que o(a) senhor(a) nos der. Os resultados deste trabalho deverão ser divulgados em revistas científicas, mas com a garantia de que, em nenhuma circunstância, os entrevistados poderão vir a ser identificados.

Se todas as suas dúvidas foram esclarecidas, pedimos o seu consentimento para incluir o(a) senhor(a) como participante da pesquisa. Se tiver qualquer dúvida sobre o estudo, pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa Ms. Poliana de Araújo Palmeira

Responsável pela Pesquisa

**Prof. Ms. Poliana de Araújo Palmeira**

Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde /Unidade  
Acadêmica de Saúde/ Curso de Graduação em Nutrição Tel: (83) 3372-1960/ 3372- 1900

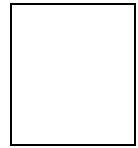
#### AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu \_\_\_\_\_,  
concordo em participar da pesquisa “Segurança Alimentar e Nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte”.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistador

\_\_\_\_\_  
Assinatura da(o) entrevistada(o)



\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.





**MÓDULO 2: CARACTERÍSTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR / FOME**

S. COLOCAR O NÚMERO DE ORDEM DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

(O ENTREVISTADOR DEVE NOMEAR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA SITUAR MELHOR O ENTREVISTADO)

S1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S3. Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S4. Nos últimos três meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou **MAIS** de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou **MAIS** de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou **MAIS** de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou **MAIS** de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

As questões abaixo devem ser perguntadas apenas em domicílios que possuam moradores menores de 18 anos de idade

S9. Nos últimos três meses, os moradores com **menos de 18 anos de idade**, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S10. Nos últimos três meses os moradores **menores de 18 anos de idade** comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?

- 1  *Sim*  
 0  *Não*  
 99  NR/NS

S11. Nos últimos três meses, algum morador com **menos de 18 anos de idade** comeu menos do que você achou que devia

porque não havia dinheiro para comprar a comida?

- 1  Sim  
0  Não  
99  NR/NS

**S12.** Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com **menos de 18 anos de idade**, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

- 1  Sim  
0  Não  
99  NR/NS

**S13.** Nos últimos três meses, algum morador com **menos de 18 anos de idade** deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

- 1  Sim  
0  Não  
99  NR/NS

**S14.** Nos últimos três meses algum morador com **menos de 18 anos de idade** sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

- 1  Sim  
0  Não  
99  NR/NS

**S15.** Nos últimos três meses algum morador com **menos de 18 anos de idade** ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1  Sim  
0  Não  
99  NR/NS

### **MÓDULO 3: VARIEDADE / QUANTIDADE ALIMENTOS E LOCAL DE COMPRA**

A questão T1 só deve ser respondida se o entrevistado responder SIM e em pelo menos um dos quesitos S1 a S15

**T1.** Vou dizer alguns motivos que algumas pessoas usam como explicação por não ter a variedade ou a quantidade de alimentos desejada. Após eu ler cada uma das explicações, gostaria que o Sr (a) me dissesse se cada uma destas razões também aconteceu para a sua família, fazendo com que não tivesse a variedade ou a quantidade de alimentos que vocês gostariam de haver comido nos últimos três meses.

	Motivos	SIM	NÃO	NÃO SABE
1	Faltou dinheiro para a comida	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
2	Faltou variedade de sua preferência no mercado / feira / armazém / venda	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
3	É muito difícil chegar até a feira, mercado, venda ou armazém	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
4	Faltou tempo para fazer compras ou cozinhar	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
5	Faltou produção de alimentos suficientes para o sustento	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
6	Estou/estamos endividados, sem crédito	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
7	Faltou água para cozinhar	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
8	Faltou gás, lenha ou álcool para cozinhar	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
9	Problemas de saúde impediram que pudesse cozinhar ou comer	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>
10	Estou/estamos em dieta especial	1 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/>

Tem algum outro motivo que eu não falei? (1) Sim (0) Não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

A questão T2 deve ser perguntada para todos os entrevistados!

**T2.** Aonde normalmente a(o) Sr<sup>a</sup> (Sr) compra a maior parte dos alimentos? (Marcar até duas opções)

	LOCAL DE COMPRA DOS ALIMENTOS	Nº de vezes por mês		Distância (1=perto e 2=longe)
		Sim - 1 Não - 0		
1	Supermercado			
2	Mercadinho			
3	Quitanda/ venda			
4	Feira/mercado livre			
5	Bar/bodega/boteco			
6	Outro (especifique)			

T2a Especifique outro local \_\_\_\_\_

**MÓDULO 4: ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS**

R1. Na sua casa/propriedade existe alguma produção de alimentos (horta, plantação em geral)?

1  Sim 0  Não

R1a Qual (is) \_\_\_\_\_

R1b. Estes alimentos são utilizados para:

1  Consumo da própria família

2  Troca por outras comidas

3  Troca por outra coisa que não é comida

4  Venda por dinheiro

R2. Na sua casa/propriedade existe alguma criação de animal para alimentação?

1  Sim 0  Não

R2b. Estes animais ou produtos extraídos deles (leite, ovos) são utilizados para:

1  Consumo da própria família

2  Troca por outras comidas

3  Troca por outra coisa que não é comida

4  Venda por dinheiro

R3 Qual(is) os tipos de alimentos produzidos ou de criação de animais existentes na sua casa/propriedade?

Produção de alimentos	Periodicidade (1 = Permanente) (2 = Temporária)	Criação de animais	Periodicidade (1 = Permanente) (2 = Temporária)
R3a Feijão/fava		R4b Peixes	
R3b Milho		R4c Gado para corte	
R3c Mandioca		R4d Gado para leite	
R3d Castanha		R4e Aves para corte	
R3e Batata doce		R4f Aves para ovos	
R3f Maracujá		R4g Bode/carneiro	
R3g Manga		R4h Outro(s) especifique	
R3h Goiaba		R3h1	
Outro (s) especifique		R3h2	
R3i1		R3h3	
R3i2			
R3i3			
R3i4			

R4 Em caso de produção temporária, quais os motivos da não produção?

1  Falta de adubo    2  Falta de semente    3  Períodos de chuva/seca/entressafra    99  NS/NR

*No caso de VENDA dos alimentos, animais ou produtos derivados dos animais*

R5. Para quem são vendidos? (pode marcar mais de uma alternativa)

1  Direto ao consumidor

2  Cooperativas

3  Governo municipal, estadual ou federal

4  Mercados

5  Atravessadores

99  NS/NR

R6. Onde os produtos são vendidos? 1  Feira livre    2  Na própria casa ou propriedade

3  Outra forma de venda    R6a Especifique \_\_\_\_\_

R7 A família participa de algum programa ou recebe alguma ajuda do governo para produzir/vender esses alimentos?

- 1  Sim  
 2  Não  
 99  NS/NR

R7a

1 <input type="checkbox"/>	Programa de aquisição de alimentos (PAA)
2 <input type="checkbox"/>	Programa de cisternas na comunidade
3 <input type="checkbox"/>	Outro
	<b>R73a</b>
	<b>R73b</b>

### MÓDULO 5: CONSUMO DE ALIMENTOS

COLOCAR O NÚMERO DE ORDEM DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

C1 Peso: \_\_\_\_\_

C2 Altura: \_\_\_\_\_

C3. Nos últimos 3 meses o seu peso mudou?

1  Sim

0  Não (Passe ao C5)

**C3a.** Por quê?

- (1) Ganhei peso  
 (2) Perdi peso

C5 O Sr.(a) segue alguma orientação alimentar?

1  Sim

0  Não (Passe ao C6)

**C5a** Por quê?

- (1) Porque quero perder/ganhar peso  
 (2) Porque estou com problemas de saúde

**C5a1** Qual?

- (1) Diabetes  
 (2) Hipertensão  
 (3) Obesidade  
 (4) Anemia  
 (5) Outro **C5a2** Especifique \_\_\_\_\_

(3) Por recomendação de um profissional de saúde

**C5b 1** Qual?

- (1) Médico  
 (2) Enfermeiro  
 (3) Nutricionista  
 (4) Outro

**C5b2** Especifique \_\_\_\_\_

(4) Outro motivo **C5b.** Especifique: \_\_\_\_\_

C6 Nos últimos três meses o seu hábito alimentar (consumo de alimentos) mudou?

1  Sim

0  Não

C7. Nos últimos três meses o Sr.(a) consumiu \_\_\_\_\_? Com que frequência (ou seja, quantas vezes por mês, por semana ou por dia)? Em que quantidade (a cada vez que consome)?









**C8.** Qual produto você utiliza para adoçar os alimentos em sua casa?

1  Açúcar                      2  Adoçante                      3  Mel                      99  NS/NR

**C9.** Qual o seu consumo de água em um dia?

1  Mais de 2 L                      2  2 L

3  Menos de 2 L

0  não bebe água em todos os dias

99  NS/NR

**C10.** O Sr(a) poderia estimar a quantidade utilizada de \_\_\_\_\_ em 1 mês na sua casa:

Alimento	Quantidade	Unidade			
		1-Kg	2- Gramas	3- Litros	4- ml
<b>C10a.</b> Margarina (origem vegetal)					
<b>C10b.</b> Óleo					
<b>C10c.</b> Banha					
<b>C10d.</b> Manteiga (origem animal)					

**C11** Que tipo de óleo ou gordura se costuma usar no preparo (cozimento) das refeições da família?

1  Óleos vegetais (soja, milho, outros)                      2  margarina e/ou manteiga

3  azeite de oliva                      4  banha                      5  bacon                      0  não usa

99  NS/NR

**C12.** O(a) sr(a) costuma acrescentar:

**C12a.** Sal na comida depois de pronta?                      0  nunca/raramente                      1  algumas vezes                      2  sempre

**C12b.** Queijo ralado?                      0  nunca/raramente                      1  algumas vezes                      2  sempre

**C13** Qual o tipo de tempero usado no preparo (cozimento) das refeições da família?

1  Temperos frescos (cebolinha, cebola, alho, etc)                      2  Temperos industrializados

99  NS/NR

**C14.** Quando o Sr(a) come saladas, legumes e outros vegetais que tipo de tempero costuma adicionar?

1  óleos vegetais (soja, milho, outros)                      2  margarina e/ou manteiga

3  azeite de oliva                      4  maionese ou molho pronto

5  Outro                      **C14a** Qual? \_\_\_\_\_

0  não usa                      99  NS/NR

**C15.** Quando o Sr(a) come carne de boi/vaca/bode ou de porco costuma comer a gordura ou graxa visível?

0  nunca/raramente                      1  algumas vezes                      2  sempre

**C16** Em relação à qualidade da alimentação da sua família, o(a) Sr(a) diria que é:

1  Muito boa                      2  Boa                      3  Regular                      4  Ruim                      5  Muito ruim

99  NR/NS

**C17.** Na sua opinião, faltam alimentos para que a sua alimentação e da sua família seja melhor?

1  Sim                      0  Não

Quais?

C17a \_\_\_\_\_

C17b \_\_\_\_\_  
 C17c \_\_\_\_\_  
 C17d \_\_\_\_\_

**C18.** Em geral, quem prepara a comida consumida pela família? N° de ordem: \_\_\_\_\_

1 Diarista/empregada doméstica  99 NR/NS

**C19** Em sua casa há:

1 Fogão a gás com uso freqüente

2 Fogão a gás com uso eventual

3 Não há fogão a gás

99 NR/NS

### MÓDULO 6 - RECURSOS

**X1.** Os moradores deste domicílio recebem ajuda em alimentos

1 Sim

0 Não

99 NR /NS

} (passe ao X6)

Tipo de ajuda, freqüência e identificação do doador:

	TIPO	FREQÜÊNCIA	DOADOR
		1- diário 2- semanal 3- quinzenal 4- mensal 5- bimestral 6- trimestral 7- semestral 8-eventualmente	1- governo 2- familiares 3- amigos 4- igreja 5- empregador de algum morador 6- Outro (anotar o nome)
<b>X2</b>	Cesta básica	<b>X2a</b>	<b>X2b</b>
<b>X3</b>	Leite	<b>X3a</b>	<b>X3b</b>
<b>X4</b>	Preparações em geral	<b>X4a</b>	<b>X4b</b>
<b>X5</b>	Outros _____	<b>X5a</b>	<b>X5b</b>

**X6.** Os moradores deste domicílio recebem benefícios do governo em dinheiro?

1 Sim

0 Não

99 NR /NS

} (passe ao X22)

Se sim, identificar o programa e o valor recebido:

	Programa	Valor (R\$)
<b>X7</b>	Programa Bolsa-Família	<b>X7a</b>
<b>X8</b>	PETI	<b>X8a</b>
<b>X9</b>	Agente Jovem/Pró-jovem	<b>X9a</b>
<b>X10</b>	Outro _____	<b>X10a</b>

### SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**X11.** Quando o(a) Sr (a) começou a receber o benefício?

1 (Mês/ano) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

99 NR/NS

**X12.** O(a) Sr(a) está recebendo o benefício regularmente?

1 Sim

0 Não

99 NR/NS

**X13.** Quem fica responsável por gastar o dinheiro do Bolsa família?

- 1  Chefe da família                      2  Seu/Sua cônjuge                      3  Outro. **X9a.** Especifique \_\_\_\_\_  
 99  NR/NS

**X14.** A renda total da família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com?

- 1  Muita dificuldade                      2  Alguma dificuldade                      3  Nenhuma dificuldade (**Passa para X16**)  
 99  NR/NS

**X15.** Em sua opinião de quanto precisaria ser a renda mensal da família para chegar até o final do mês sem dificuldade?

- 1  R\$ \_\_\_\_\_  
 99  NR/NS

**X16.** Depois do Programa Bolsa Família o crédito da sua família melhorou?

- 1  Sim                      0  Não                      2  Não compra a crédito                      99  NR/NS

**X17.** Depois que a sua família começou a receber dinheiro do Bolsa Família você diria que a alimentação de vocês:

- 1  Melhorou muito                      2  Melhorou                      3  Continua igual                      4  Piorou  
 5  Piorou muito                      6  NR/NS

**X17a** Melhorou em quantidade de alimentos?

- 1  Sim                      0  Não                      99  NR/NS

**X17b** Melhorou na variedade de alimentos?

- 1  Sim                      0  Não                      99  NR/NS

**X18.** Gostaria de lembrar que as pessoas podem gastar o dinheiro do Bolsa Família da maneira que acharem melhor. Pensando nisso, gostaria de saber com que vocês costumam gastar o dinheiro que recebem do programa? (Anotar 3 itens por prioridade)

1º item \_\_\_\_\_ 2º item \_\_\_\_\_ 3º Item \_\_\_\_\_

- |  |
|--|
| 1- Alimentos<br>2- Roupas/calçados<br>3- Aluguel<br>4- Remédios<br>5- Material de limpeza/higiene pessoal<br>6- Transporte (passagens de ônibus, etc)<br>7- Material escolar<br>8- Atividades de lazer<br>9- Água/luz/gás<br>10- Ajuda os parentes<br>11- Outro. Especificar <b>X18a</b> _____ |
|--|

99  NR/NS

**X19.** No geral como o(a) Sr(a) avalia o Programa Bolsa Família?

- 1  Ótimo                      2  Bom                      3  Regular                      4  Ruim  
 5  Péssimo                      99  NR/NS

**X20.** O(a) Sr(a) tem confiança que vai continuar recebendo o dinheiro do Bolsa Família por?

- 1  6 meses                      2  12 meses  
 3  24 meses                      4  até o tempo da aposentadoria                      99  NR/NS

**X21.** Vou ler duas frases sobre o Bolsa Família e gostaria de saber com qual delas o(a) Sr(a) concorda mais:

1  O Bolsa Família é um direito, garantido para as pessoas que necessitam

2  O Bolsa Família é uma ajuda para as pessoas que necessitam

**X22** Agora vou fazer algumas perguntas sobre os moradores deste domicílio, começando novamente pelo chefe da família.

*Volte ao quadro de identificação dos moradores do domicílio na página 3 e preencha a coluna RENDA localizada no canto direito. Cuide para que todos os moradores sejam contemplados.*